

História e Cultura Afro-brasileira na rede pública de ensino - Pesquisa na escola Lauro Müller.¹

Carolina Arruda Ferreira²

Tamiris Aline Ferreira³

RESUMO

Este artigo é resultado de um trabalho realizado em 2013 sob orientação da professora Ilka Boaventura Leite durante a disciplina Estudos Afro-brasileiros. A pesquisa buscou realizar um diagnóstico sobre a aplicação da lei 10.639/03 nas escolas públicas de Florianópolis. A referida lei inclui no currículo escolar o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana como tema transversal, sob uma perspectiva anticolonialista. No nosso artigo abordamos a escola E.E Lauro Müller, localizada no centro de Florianópolis. Investigamos se os conteúdos referentes a história, cultura e desenvolvimento dos povos negros estão sendo adequadamente trabalhados, assim como a relação dos estudantes com o conteúdo. Realizamos um levantamento do acervo da biblioteca, dos conteúdos curriculares e práticas pedagógicas por meio de entrevistas com professores, funcionários e a direção. Também pesquisamos a trajetória deste grupo escolar e o perfil dos estudantes que a frequentam atualmente. Verificamos que os estudantes são em maioria negros e pardos, e que a discriminação racial, mesmo não sendo evidente na escola, ainda ocorre nas práticas casuais entre os alunos. A pesquisa também esclareceu que não há uma efetividade no trabalho do conteúdo pertinente à aplicação da lei, mesmo com um esforço declarado por parte dos professores. Dentre as causas sinalizadas está primeiramente a conjuntura estrutural da educação pública. Vemos ainda certo despreparo do corpo docente para trabalhar a adequação curricular, e a dificuldade em adotar eles próprios uma postura que eleve o conteúdo ao primeiro plano das atividades pedagógicas ao lado de outros temas já consagrados pelo currículo.

Palavras Chave: Povos Afro-brasileiros. Educação. Lei 10.639; E. E. Lauro Müller.

¹ **ERRATA:** O artigo publicado teve omitido em sua versão impressa, página 103, o nome de uma de suas autoras, Tamiris Aline Ferreira. Esta versão digital [on line] foi corrigida a partir dos originais.

² Bacharel em Jornalismo, aluna da 9º fase do curso de graduação em Ciências Sociais – UFSC.

³ Aluna da 7º fase do curso de graduação em Ciências Sociais – UFSC.

Introdução

Realizar uma pesquisa sempre é promissor de que possa acrescentar novas informações à realidade. É com essa expectativa que firmamos nosso primeiro contato com a Escola de Educação Básica Lauro Müller, a escola centenária localizada no centro de Florianópolis onde hoje estudam mais de 500 alunos.

Ao chegar pela primeira vez na frente do prédio é inevitável um sentimento de reverência àquela construção que acompanhou muitas décadas de história. A bela arquitetura, suntuosa e decadente, aguarda o início das obras que irão restaurar o prédio tombado pela prefeitura. No entanto, o que nós vamos procurar ali vai além da promissora reforma na fachada escolar. Estamos interessados nas práticas pedagógicas, sociais e curriculares adotadas pelo corpo docente que tenham o intuito de transformar as relações de discriminação racial na sociedade, que se estabelecem e se reproduzem gerações a fio, desde décadas muito anteriores ainda à construção daquele belo prédio.

Caminhando pela primeira vez pelos corredores da escola observamos e somos observadas. Em meio aos devaneios na sala de espera onde aguardávamos pelo encontro com a diretora fomos abordados por uma aluna, aparentando seus quinze anos, e muito apressada: “*Alguém de vocês troca 50 pila?*” Levei um susto com a pergunta e em seguida tentei compreender meu estranhamento com o fato. Teria sido por ela se dirigir, com tamanha naturalidade, falando em uma quantia relativamente alta para mim que não carregava nem R\$ 5 nos bolsos? Ou ainda por conta de profundos e camuflados preconceitos, ter duvidado que ela realmente carregasse aquela quantia com ela?

A conclusão que tiro deste evento é que, mesmo de forma inconsciente, meu preconceito comandou minha reação à abordagem da garota. Como que aquela adolescente, que por uma série de fatores julgaria não ter dinheiro algum, pode realmente ter o simples objetivo de trocar uma nota alta dentro da escola? Porque ela andaria com dinheiro lá? Senti vergonha ao constatar, que nem o esclarecimento, o conhecimento racional e o tratamento social que julgo ter me isentam de ter preconceitos e possivelmente cometer discriminações.

Fatos desta natureza são frequentes nos ambientes públicos e nas relações sociais cotidianas, e até poderia passar despercebido se não fosse exatamente o que está em questão neste trabalho. Pessoas que carregam a marca dos nossos ancestrais africanos, principalmente quando esta marca coincide com a classe social, são desde crianças julgadas com base em preconceitos. Mesmo dentro da escola, seja nas relações com os professores, visitantes, ou entre os próprios alunos.

A cultura discriminatória é reproduzida em nossa sociedade, tendo a instituição escolar e sua forma doutrinária contribuído em grande parte para que o preconceito se mantenha. A educação nas escolas públicas e privadas se sustenta em um modelo

epistemológico eurocêntrico, no qual é mostrado que o grande cenário cultural e histórico se concentra na Europa. Todas as outras nações e culturas que percorreram caminhos diferenciados são consideradas atrasadas, inferiores e menos dignas de serem estudadas. Tendo em vista esse contexto, entra em discussão a implementação da lei 10.639, que obriga a *inclusão no currículo escolar de conteúdos referentes a história, cultura e desenvolvimento dos povos afro-brasileiros e africanos*. (MEC, 2008)

O termo afro-brasileiro é a denominação oficial das pessoas brasileiras que se auto-identificam como desta origem, outra definição usada pelo movimento negro é se autodenominar simplesmente como negra. Ainda hoje, na visão sustentada sobre os negros em sua história e cultura, é enfatizado o seu processo de colonização, escravidão e mercadorização. O estudo que é oferecido pelas escolas não contempla a sua diversidade cultural e nem seu protagonismo, sendo mostrado sempre como exótico. Dessa forma, o conhecimento produzido sobre esta matriz de pensamento leva a “naturalização” de sua condição de inferioridade social, como justificativa ao sistema escravista e as diferenciações sociais contemporâneas que daí derivam.

Reconhecendo este cenário, e na tentativa de reverter esse processo, a lei 10.639 vem para ressaltar o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, e a importância da cultura destas populações na formação da sociedade brasileira como medida de combate ao racismo. O objetivo é também reconhecer a diversidade étnico-racial na educação brasileira, promovendo assim uma escola não racista que compreende que a história e a cultura vai muito além do que já foi transmitido historicamente, conforme aponta o objetivo da lei:

Promover a valorização e o reconhecimento da diversidade étnico-racial na educação brasileira a partir do enfrentamento estratégico de culturas e práticas discriminatórias e racistas institucionalizadas presentes no cotidiano das escolas e nos sistemas de ensino que excluem e penalizam crianças, jovens e adultos negros e comprometem a garantia do direito à educação de qualidade de todos e todas (MEC, 2008, p.12).

Pensando nesse objetivo e no contexto atual da Escola de Educação Básica Lauro Muller, este trabalho visa analisar de que maneira a lei está sendo efetivada nas práticas escolares, e se os objetivos vêm sendo contemplados de maneira permanente. Para isso, visitamos e realizamos entrevistas na escola, onde foi possível conhecer e conversar com a direção, com alunos e explorar mais a fundo o trabalho que é feito por uma das professoras. Também foi aplicado um questionário a uma parcela dos alunos do ensino médio, o que possibilitou conhecer suas impressões sobre esta problemática. Dessa forma foi possível conhecer o perfil dos alunos, que são em grande maioria negros ou pardos, e a forma como o ensino sobre os a história e a cultura afro-brasileira e africana vêm sendo aplicadas na escola.

A história na escola Lauro Müller

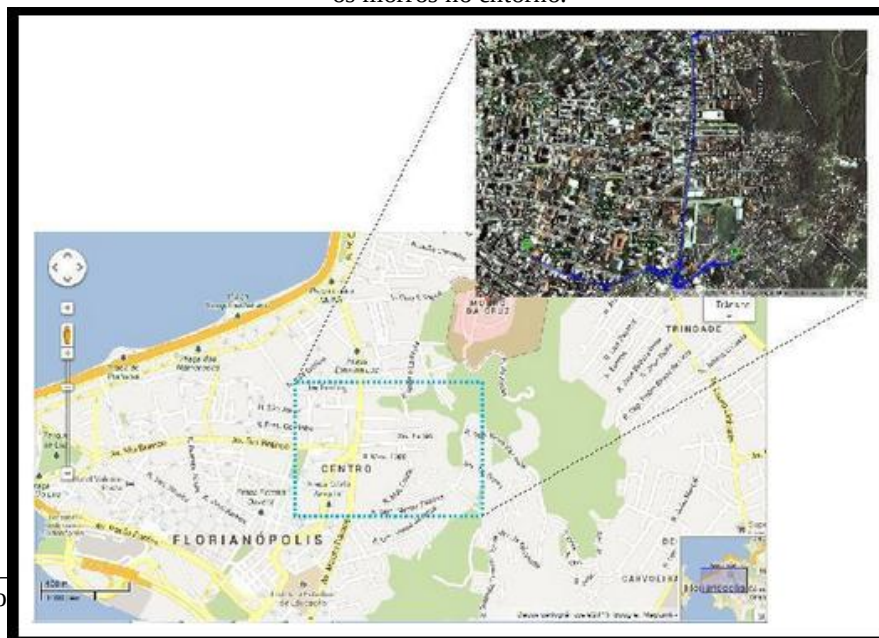
A Escola de Educação Básica Lauro Müller, pertencente à rede estadual de ensino de Santa Catarina, foi uma das primeiras do estado a funcionar nos moldes das chamadas “escolas da república”. O ideário iluminista republicano fundou escolas que pretendiam oferecer uma educação universal e extensiva. No entanto, até os anos 40, apenas a elite tinha acesso às vagas, sendo que esta especificamente era destinada aos filhos dos militares. A escola atendia quase que exclusivamente crianças brancas, salvo raras exceções em que filhos de negros alforriados recebiam a tutela de uma família que lhes patrocinava os estudos.

Nestas condições é que o poeta catarinense Cruz e Souza, negro, pôde ser um dos alunos da escola ainda no início do século XIX, tutelado pela família do Marechal Guilherme Xavier de Souza que hoje é homenageado pelo nome da rua que sedia a escola¹. Do pátio era possível avistar a Praça XV e a Catedral Metropolitana, ao seu lado fica a igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos, que foi construída e fundada por escravos e era a igreja mais frequentada pelos negros que viviam na cidade.

Atualmente a escola atende mais de 500 alunos provenientes de diversos bairros da cidade e da grande Florianópolis. A maior parte deles é morador da região central conhecida como “Maciço”, formada por um conjunto de morros situados entre a ponta insular leste de ligação centro-continente e os bairros residenciais de classe média e alta (PIMENTA, 2003).

Esta região, como é possível ver no mapa, é composta por diversas comunidades distribuídas pelo complexo formado entre o Morro da Cruz e o bairro de Monte Serrat, além de outras regiões de “morro” não reconhecidas oficialmente pela prefeitura como bairros ou comunidades separadas, como o Morro da Mariquinha, Morro do Mocotó, Morro da Caixa, Morro da Pedra Grande, Serrinha, entre outros.

Figura 1– Mapa: A região de destaque do mapa mostra a localização da escola e os morros no entorno.



A região do maciço começou a ser povoada por antigas comunidades compostas de escravos libertos e brancos pobres, e posteriormente, pelas populações que foram expulsas das áreas centrais da cidade a partir do processo de renovação urbana estabelecido pelo movimento sanitarista². Esta política pública, que atuou com força por volta de 1910, originou um processo precoce de segregação sócio espacial, demarcando geograficamente o lugar ocupado por negros e brancos na cidade.

Duas décadas após a abolição a população negra, quase que essencialmente composta por escravos libertos, ainda não tinha acesso a terras. Quando se iniciou o processo de venda de lotes coloniais esta população não tinha condições econômicas de adquiri-las e mesmo quando tinham ganhado terras de seus senhores não as ocupavam, *“seja pela falta de capitais para investimentos, seja pela voracidade das ocupações feitas por outros grupos, com maior poder de enfrentamento, coação e legitimidade”* (LEITE, 1995, p.7).

De acordo com MULLER, que discute em sua dissertação de mestrado as influências do urbanismo sanitarista na transformação do espaço em Florianópolis, a municipalidade, pautada nos princípios da salubridade e da estética, desapropriou e demoliu várias casas tachadas como “feias e velhas” com o intuito não só de “embelezamento”, mas como “medida higiênica” (MULLER, 2002).

A reprovação das condições higiênicas dessas moradias, implicava, muitas vezes, na sua demolição, fazendo com que seus moradores fossem obrigados a abandonar essa área central, partindo para bairros mais afastados ou para os morros próximos, na esperança de ficarem mais perto do único lugar onde era possível encontrar trabalho (IDEM, p.75).

Apesar de ter ocorrido diferentes processos de ocupação e apropriação do território nos contextos pós escravistas, repete-se diversas em localidades a coincidência dos fatores de exclusão econômicos e raciais. A população negra se manteve desde então em situação de maior vulnerabilidade social, perdendo aos poucos seu direito ao espaço central conforme crescia a ocupação de uma “nova elite” formada por comerciantes bem sucedidos. Bem próximo a essas áreas que foram sendo ocupadas por estes comerciantes, foram se formando os bairros habitados pela população mais pobre, que lentamente foi sendo excluída do centro, substituída pelo comércio que ganhava força.

Muitas atividades também foram banidas da região central, como a criação de animais e a curtição de couro, por exemplo, devido seus odores “desagradáveis”. Essas, entre outras, faziam parte das atividades de subsistência destas populações. A elite que conduzia as transformações na região, não se limitou apenas em definir que atividades deveriam ser banidas da área central, *“como*

também colaborou para afastar aquela camada mais pobre da população com hábitos e características diversas.” (Ibdem, p.76)

Existem registros que apontam para uma área conhecida como “Tonqueira”, nas imediações da rua General Bitencourt, bem nas partes baixas do maciço, como uma das primeiras zonas de ocupação onde se concentrou a população formada por escravos libertos. O maciço central começa portanto seu processo de ocupação no início do século passado, recebendo esta população em sua maior parte negra, destituída de bens materiais. (MULLER, 1995; PIMENTA, 2004)

Este processo de ocupação dos morros se intensificou muito nos anos 70 com as migrações causadas pelo processo de industrialização na região sul, diversificando bastante o perfil da população. Hoje as comunidades que compõem o maciço concentram grande número de ocupações irregulares e moradias que abrigam famílias em condições precárias submetendo-se a riscos de desabamento, como única forma de sobrevivência social e resistência à pauperização. Ainda são nestas comunidades que está concentrada a maior parte da população negra de Florianópolis.

Realidade Escolar: cotidiano e práticas pedagógicas

As escolas públicas que outrora foram privilégio da elite, há algumas décadas têm seu papel social invertido, sendo hoje basicamente destinadas às camadas populares. Estes alunos não possuem a priori as mesmas oportunidades dos que se inserem numa escola particular. Com a coincidência dos fatores de exclusão cor e classe social é também nas escolas públicas que se concentram a maior parte dos estudantes negros. Na escola Lauro Müller isso é claramente visível, tendo em vista que a maior parte dos alunos que a escola recebe são negros e pardos.

Constatando-se a existência deste cenário é que emergem as ações afirmativas que consistem em um conjunto de políticas públicas ou até mesmo voluntárias que, levando em conta todo processo discriminatório, concluem que não há efetivamente condição de igualdade de oportunidades. A discriminação dificulta e impede o acesso ao conhecimento e a inserção social em diversos níveis por sua segregação e invisibilidade.

Dentre as muitas formas de manifestação do preconceito a pesquisa mostrou que, assim como muitas pessoas que vivem em Florianópolis não identificam a presença dos negros, um dos funcionários da escola conta que “descobriu a existência de negros na cidade quando começou a trabalhar na Lauro Müller”. Este tipo de declaração é mais comum do que se imagina e remete diretamente à questão da invisibilidade do negro, trabalhada por alguns estudiosos e militantes das questões étnicas e raciais. Sobre este assunto, a pesquisadora e professora da Universidade Federal de Santa Catarina Ilka Boaventura Leite explica:

Não é que o negro não seja visto, mas que ele é **visto como inexistente**. É interessante observar que este mecanismo (...) ocorre em diferentes regiões e contextos, revelando-se como uma das principais formas de o racismo se manifestar. (...) A

invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais, oficiais e nos textos científicos.”(LEITE, 1997, p.15).

Também, segundo aponta Alexandra Borges em seu documentário *Cidadão invisível*, os negros em Florianópolis são diariamente invisibilizados e segregados. Nesse sentido, o documentário problematiza e levanta a importância de se conhecer a história dos negros em Florianópolis e valorizar sua cultura, como uma forma de reconhecimento desta população.

Na escola Lauro Müller, esses cidadãos negros deixam de ser invisíveis. Pela quantidade de alunos negros³ da escola, pode se cometer o engano de pensar que lá dentro reina a igualdade racial, onde todos são tratados iguais. Um olhar geral pode mesmo mostrar que as relações raciais que prevalecem são de igualdade, porém, é preciso refletir sobre essa questão. Logo porque, os alunos levam para a escola o seu cotidiano, assim como todo o racismo e estereótipos atribuídos fora da escola que também é carregado mesmo que de forma inconsciente.

Na opinião da direção da escola, a lei 10639 é aplicada com êxito, e tem seus objetivos contemplados. E isso somado ao fato de ali predominarem os alunos negros e pardos, faz com que o preconceito racial seja praticamente inexistente. Segundo a diretora, os conflitos que a escola enfrentam são por outros motivos que não estão associados ao racismo. Porém, acontece entre os próprios alunos negros apelidarem uns aos outros. Surge por exemplo, apelido como “negão”, ou “negada”, que ocorrem com normalidade na escola e não levam a conflitos entre alunos, pois partem de iguais, não tendo conotação discriminatória. A diretora ainda nos relatou que a preocupação em combater o *bullying* se faz muito presente, e que se esforça para combater todas formas de preconceito dentro da escola.

No entanto, é importante considerar que assim como no espaço social se verificam os efeitos da marginalização socioeconômica, no espaço educacional também se refletem estes efeitos. Conhecendo o interior da escola é possível ver formas sutis de segregação. Isso pode vir desde uma aula de educação física da qual eventualmente um aluno não participa por não possuir um calçado adequado, por exemplo, ou ainda dentro de sala de aula, como conta a professora, o aluno não consegue acompanhar os trabalhos da turma, e quando se investiga a fundo descobrem que a criança sofre abusos no ambiente doméstico. Estes fatores não são evidentes, e pelo que foi possível constatar, são os alunos negros os que mais percebem as relações discriminatórias dentro da escola. Declararam em um questionário que recebem seus efeitos através dos estereótipos que lhe são atribuídos por colegas, ou do sentimento de incapacidade diante dos desafios sociais, que acabam soando como condições de “normalidade”.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola Lauro Müller foi construído de forma focada em seus alunos e expressa o ideal de “*assegurar uma escola inclusiva com condições de aprendizagem para todos*”. Desta maneira, o texto do PPP também faz menção à lei 10.639 de 2003, inserindo oficialmente em seu

currículo as práticas de ações afirmativas. Refere-se com isso às diversas iniciativas tomadas pelo corpo diretivo e pedagógico para assegurar a igualdade entre os alunos, inclusive portadores de necessidades especiais que frequentam o ensino em LIBRAS, no qual a escola é considerada um polo de inclusão. O objetivo geral da unidade escolar, descrito no documento é:

Refletir e propor alternativas para garantir educação de qualidade social, que é direito de todos e dever do Estado, e que passa pela **democratização** do acesso e garantia de permanência e condições de aprendizagem na Escola Pública, **sem discriminação de qualquer natureza**”. (PPP, 2013. grifo nosso).

A diretora da escola acolheu bem a proposta de realização da pesquisa na escola, mas ainda assim encontramos certa dificuldade em chegar às práticas educativas de fato, que constituiriam nosso objeto de estudos. Foi necessário entrar no cotidiano escolar, insistir em visitas e conversas com os representantes da escola, para compreender como estas premissas descritas no documento oficial podem ser incorporadas às práticas escolares. Desde o primeiro contato, o corpo docente se mostrou bem consciente da lei e das necessidades que ela impõe, tal como da importância da proposta do MEC com relação à inclusão dos temas afro-brasileiros e africanos no currículo. No entanto, reconhecem que ainda há dificuldades na esfera pedagógica para que o trabalho possa ser realizado de forma ideal.

Os docentes encaram como um desafio incorporar no currículo, já tão espremido de conteúdo, temas que ainda são pelo senso comum considerados de segunda importância diante do papel social que a escola deve desempenhar na formação dos seus alunos. Em outras palavras, devido à precarização do ensino observada em larga escala na educação pública, e a limitação das condições de trabalho dos professores, somados ainda a visão conteudista que prevalece na definição de um ensino de qualidade, as práticas em sala de aula ficam engessadas, não dando espaço nem motivação para que o professor crie de forma efetiva alternativas contra hegemônicas.

É importante portanto que se conheça a fundo os objetivos perseguidos pela lei, uma vez que estes vão muito além da eliminação do racismo nas relações dentro da escola. Há uma série de parâmetros estipulados pelo MEC para orientar os professores na caracterização e formas de abordagem dos conteúdos no cerne do processo pedagógico. Com isso espera-se que:

A Lei n. 10.639/2003 pode ser considerada um ponto de chegada de uma luta histórica da população negra para se ver retratada com o mesmo valor dos outros povos que para aqui vieram, e um ponto de partida para uma mudança social. (...) Significa ruptura profunda com um tipo de postura pedagógica que não reconhece as diferenças resultantes do nosso processo de formação nacional. Para além do impacto positivo junto à população negra, essa lei deve ser encarada como desafio fundamental do conjunto

das políticas que visam a melhoria da qualidade da educação brasileira para todos e todas (MEC, 2008).

Nesse sentido, a professora de geografia mostra as formas como procura trabalhar os conteúdos em suas aulas, tendo unidades específicas em cada série em que considera ser possível incorporar temas como: a questão da formação étnica e de como se dividiu a ocupação dos espaços no país; a relação das concentrações populacionais com os ciclos econômicos, explicando porque a presença de mais pardos na região norte, de mais brancos na região sul e sudeste e mais negros na região do nordeste, onde chegaram os primeiros escravos no país; e a desnaturalização das dificuldades de inserção social mostradas como uma situação conjuntural. Outro ponto trabalhado são os índices do IBGE, que relatam que há sim uma desigualdade social relacionada a questão racial. Esse tema, segundo a professora, faz com que os alunos negros e pardos se reconheçam na situação sócio demográfica: “quer dizer que para nós o caminho é mais difícil”.

A professora também reconhece a importância da lei ser de fato aplicada nas escolas, e explica que para conquistar a democracia racial é de grande importância que os alunos conheçam esse caminho. Ainda assim considera que falta muito para que os temas relacionados a história e a cultura afro-brasileira e africana sejam trabalhadas com a efetividade necessária para desconstruir a imagem subjugada das populações afro-brasileiras que ainda predomina no conhecimento escolar. Segundo a professora, a realidade e o cotidiano tumultuado de uma escola pública, além de uma filosofia conteudista de currículo presente nas escolas, dificultam para estes temas ganhem o espaço devido.

Apesar da receptividade destes temas ser considerada boa pelos professores a maior parte dos alunos que participaram da pesquisa, cerca de 70%, não foi capaz de identificar nenhuma das iniciativas adotadas pela escola como forma de combate ao racismo e o preconceito. Nenhum deles fez menção às práticas dos professores em sala de aula e ao conteúdo curricular em si como formas de se combater o racismo. Isso porque apesar dos esforços somados no intuito de se trabalhar a questão, a temática ainda é considerada um tema transversal, e não uma política permanente na construção do currículo.

Também ocorre que estes alunos, e até alguns professores, ainda não atentaram para o fato de que o processo de produção de conhecimento também é uma forma de se combater o racismo. A relação professor-aluno precisaria ser mais incisiva com relação a esta questão. Nesse sentido, é importante que os professores tenham também a possibilidade de ressignificar seu próprio conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana e o reconhecimento desta cultura na formação da sociedade brasileira.

Tendo em vista que esta é uma necessidade em todos os contextos escolares, existe uma série de materiais didáticos selecionados e enviados pelo MEC que são voltados para a capacitação do corpo docente. O programa nacional do livro didático foi contemplado pela lei enviando às escolas uma série de

materiais, além de títulos de literatura e cartilhas destinados a alunos e professores. A Escola Lauro Müller já recebeu alguns lotes destes livros que há cerca de dois anos ocupam as estantes da biblioteca.

A bibliotecária organiza estes livros em uma seção própria na estante assim como outros livros referentes a temas obrigatórios incorporados pelo MEC tais como drogas e meio ambiente. Apesar da riqueza do material, a biblioteca da escola ainda é um local subutilizado pela comunidade escolar, com grande parte de seu acervo permanecendo intocada. São tantos os títulos que compõem a seção que é praticamente impossível o registro de todos. São livros para educadores e para alunos, porém retirados mais em época de eventos como o dia da consciência negra.

Além da seção temática, há outros espalhados por todas as estantes, principalmente os mais literários, que se encontravam espelhados na estante geral com outros livros infantis, estes mais explorados pelos alunos. São histórias com personagens negros, no papel de protagonistas situados em contextos sociais que não condizem com os estereótipos racistas. Dentre os livros didáticos, as temáticas que se destacam são a história do negro no Brasil, e em Santa Catarina. Outros livros que enfatizam a cultura e a religião do negro, a organização social em suas sociedades originárias, além de materiais fotográficos, como o livro do Pierre Verger, com belíssimas fotos que reconstroem a imagem do negro brasileiro.

Os livros são importantes como referência e ponto de apoio aos professores mas apenas eles não são suficientes para suprir a carência na formação. Mesmo após a aprovação da lei e a consequente reformulação dos currículos dos cursos de licenciatura, ainda é pequeno o espaço destinado ao estudo das temáticas afro-brasileiras, acarretando uma formação deficitária nestes termos mesmo aos professores recém graduados.

A escola Lauro Müller procura recuperar sua própria história no processo de ensino aprendizagem, relacionando a riqueza de elementos que ela contempla com os conteúdos curriculares em diversas séries. Esta também é uma forma notável no que se refere aos objetivos propostos pela lei 10639. Neste processo de se trabalhar a própria história, é propício para a inserção dos temas afro-brasileiros, no sentido de que a própria escola foi e ainda é palco dos embates raciais constitutivos na nossa história comum. Nesta história destaca-se o fato de ter sido um espaço que, apesar de inicialmente voltado a uma elite, possibilitou a ascensão de alguns alunos ali matriculados independente de sua cor ou origem. A exemplo temos o próprio poeta Cruz e Souza, cuja história já representa uma importante aula; e o antigo diretor da escola Lucas de Jesus, ex-aluno, também negro e o autor do hino da escola. Estes dois personagens são referenciados como duas personalidades negras que fizeram parte da história da escola e do Estado.

Considerações finais

Observamos que a efetividade das práticas pedagógicas, não apenas com relação a inclusão de temas específicos no currículo, mas mesmo as mais consagradas, ficam comprometidas pelas condições estruturais que permeiam a escola pública como um todo no Brasil. A boa intenção e o reconhecimento da importância de temas como os estudos sobre os negros brasileiros e africanos em sua cultura e história, não bastam para elevar estas práticas à rotina pedagógica com a importância que estas merecem.

As condições objetivas com as quais os professores precisam lidar no dia a dia, como a carga horária excessiva, defasagem no quadro de professores e transitoriedade dos professores não efetivos nos cargos, desmotivam e limitam o trabalho dos profissionais. Dessa forma, não são apenas estes os temas que são subjugados, mas todos os outros também obrigatórios, como a educação ambiental, por exemplo.

Esta defasagem no ensino de conteúdos emergentes é recorrente na maior parte das escolas. Contudo, não se deve atenuar a gravidade da problemática, mesmo em contextos conjunturais, uma vez que o ensino destes conteúdos de forma adequada está previsto na legislação e representa uma conquista do movimento negro, e sua efetivação é fundamental para que se modifiquem de fato as práticas sociais.

Também é consenso entre muitos teóricos da educação de que não bastam os investimentos financeiros em materiais formativos quando estes não vêm acompanhados de programas de capacitação, ou mesmo sem que seja feita uma previsão de horas na jornada para a auto-instrução. É necessário a formulação de programas de formação continuada que incluam a abordagem dos temas que dizem respeito a população negra no currículo, assim como projetos permanentes na gestão da escola que estimulem e facilitem o trabalho conjunto dos professores com estes conteúdos, e os objetivos perseguidos pela lei 10639 possam alcançar toda sua abrangência.

A professora de geografia, nesse sentido, reconhece que ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a história e cultura afro-brasileira e africana sejam tratadas com a mesma importância que é atribuída a história dos povos colonizadores. Reconhecer esta igualdade, e também que há grandes omissões na história registrada, é fundamental para que se considere a produção de conhecimento sobre estes povos como forma legítima de combate ao racismo.

Notas:

1 A escola Lauro Müller fica sediada na rua Rua Marechal Guilherme, nº. 134 – Centro de Florianópolis, SC.

2 O Movimento sanitarista voltava-se para a população afro brasileira, retirando-os das áreas urbanas. SCHWARCZ, 1998.

3 Uma amostragem de 10% dos alunos do período vespertino mostrou que aproximadamente 65% dos alunos se auto declara negro ou pardo.

REFERÊNCIAS

FELINTO, Renata (Org.) **Culturas africanas e afro brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora. 2012.

LEITE, Ilka Boaventura (Org). **Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. Negros do Sul do Brasil – Invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. **As classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil**. in O'DWYER, E. C. (org) *Terra de Quilombo*. Rio de Janeiro, ABA, 1995.

MEC, Secad. **Educação anti-racista : caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03** . Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC, Secad, 2005.

MEC. **Contribuições para Implementação da Lei 10.639/2003**. Grupo de Trabalho Interministerial Instituído por Meio da Portaria Interministerial Mec. 605 de 20 de Maio de 2008.

MÜLLER, Gláucia R. R. **A influência do urbanismo sanitaria na transformação do espaço urbano de Florianópolis**. 2002. Dissertação (Mestrado), Geografia, UFSC

PIMENTA, Luis Fogazzola e PIMENTA, Margareth de Castro Afeche. **Políticas Públicas e Segregação Sócio-Espacial: o caso do Maciço Central em Florianópolis**. Trabalho apresentado no XIII encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, MG: ABEP, 2003.

_____. **Final de século e novos espaços da pobreza. Os morros de Florianópolis**. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú- MG. ABEP: 2004

SCHWARCZ, Lilia K.Moritz. **Questão Racial e Etnicidade**. In: *BIB – o que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Cortez/Anpocs, 1998

FILME:

CIDADÃO invisível. Direção Alexandra Alencar. Florianópolis: UFSC, 2007. Versão online disponível em:
<http://www.youtube.com/watch?v=GA-P4mcaPa4&list=FLy40vi9Y8R6pYDld9a1WASw&index=2>.
 Acesso em 30-06-2013.